



São Paulo, dezembro de 2015.

## **Quanto Custa Reflorestar 12 Milhões de Hectares?**

Para cumprir sua parte no Acordo de Paris sobre mudança climática o Brasil precisa investir, até 2030, R\$ 52 bilhões. Esse é o número que faltava à presidente Dilma Rousseff quando anunciou na ONU a meta de recuperar 12 milhões de florestas como contribuição brasileira a um novo acordo global. Na ocasião, a presidente afirmou: “Se alguém tiver esse cálculo complexo de quanto vamos gastar, me passe que eu vou ficar muito feliz”.

O cálculo agora existe. A realização do empreendimento implicaria um investimento de R\$ 3,7 bilhões anuais durante 14 anos, a criação de 215 mil empregos e a arrecadação de R\$ 6,5 bilhões em impostos. De quebra, a implantação de uma moderna indústria de recuperação florestal no país resolveria o passivo ambiental do agronegócio.

Os números integram o recém-lançado estudo *Quanto Custa Reflorestar 12 Milhões de Hectares*, desenvolvido por uma equipe de economistas do Instituto Escolhas, sob a coordenação de Roberto Kishinami e Shiguelo Watanabe Jr., para a Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura, movimento que congrega mais de 100 associações empresariais, empresas, centros de pesquisa e organizações civis.

A pesquisa examina as áreas de reserva legal a serem recuperadas, o custo por hectare da restauração, os valores para a execução de práticas de recuperação florestal e os benefícios resultantes da recuperação. Foram usados dados da indústria florestal privada, estudos de campo sobre recuperação de florestas nativas na Amazônia e na Mata Atlântica e cenários do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) elaborado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente em cumprimento ao novo Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Os 12 milhões de hectares examinados no estudo foram identificados em áreas deficitárias de reserva legal nos biomas da Amazônia e da Mata Atlântica. O Cerrado não foi incluído porque a recuperação de áreas de reserva legal desse bioma encontra-se em fase pioneira, sem dados conclusivos. A escala do empreendimento apresenta um desafio logístico

para o setor, em termos de produção de mudas e sementes e contratação de mão de obra. Para comparar, a atual capacidade de plantio anual de toda a indústria florestal é de 700 mil hectares por ano. O estudo adota um cronograma de restauração gradual com taxa anual crescendo 22% ao ano para completar a recuperação até 2030.

A análise financeira baseou-se apenas nos custos e receitas previsíveis com a produção de madeira reflorestada, em horizontes de 35 e 50 anos. Dado a ausência de referências para empreendimentos em escala de milhões de hectares, não foram consideradas receitas adicionais com frutos, óleos, castanhas, culturas agroflorestais, sequestro de carbono e outros serviços ambientais, que poderão formar a base de uma nova economia florestal com a recuperação de 12 milhões de hectares.

Para detalhar o investimento foram considerados modelos diferentes de recuperação como plantio direto de sementes, plantio de mudas nativas, plantio de eucalipto, regeneração natural e restauração passiva. O valor máximo de investimento (R\$ 52 bilhões) inclui o custo com o cercamento da área para evitar intrusão de gado, e representa o mais importante item de custo que poderia ser evitado com o melhor uso da pastagem pela agropecuária. A incorporação de novas áreas para recuperação seria feita até 2030, somando-se gastos com manutenção até 2045 e 2050.

De acordo com as estimativas territoriais de déficits de reserva legal do Censo Agropecuário do IBGE, na Amazônia e na Mata Atlântica, e os métodos de recuperação florestal do Planaveg, os pesquisadores calcularam o investimento em três cenários de restauração com maior e menor gasto em plantio: 30% de plantio total e 40% de regeneração natural; 20% de plantio total e 50% de regeneração natural; e 10% de plantio total e 60% de regeneração natural.

O primeiro cenário de investimento foi orçado em R\$ 51,8 bilhões – ou 3,7 bilhões por ano ao longo de 14 anos –, o segundo em R\$ 41,5 bilhões e o terceiro em R\$ 31 bilhões. Em 2030, ano de máxima expansão do projeto e de emprego mais intensivo de mão-de-obra, o primeiro cenário propiciaria a criação de 215 mil empregos, o segundo 176 mil e o terceiro 138 mil.

Em termos de arrecadação de impostos o empreendimento geraria, no primeiro caso, R\$ 5,6 bilhões em imposto de renda e R\$ 842 milhões em PIS e Cofins, cerca de R\$ 6,5 bilhões no total.